

SOCIUS Working Papers

João Ribeiro Butiam Có

**Os “limites” da racionalidade
migratória guineense:
*redes, capital social e determinantes
sócio-culturais nas dinâmicas
migratórias contemporâneas***

Nº 4/2007

**SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
Rua Miguel Lupi, 20
1249-078 Lisboa
Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783
E-mail: socius@iseg.utl.pt
Web Page: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>**

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

**CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM SOCIOLOGIA ECONÓMICA E DAS
ORGANIZAÇÕES – SOCIUS-ISEG/UTL**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA -INEP-BISSAU

TÍTULO: Os “limites” da racionalidade migratória guineense: *redes, capital social e determinantes sócio-culturais nas dinâmicas migratórias contemporâneas*

João Ribeiro Butiam Có

Sociólogo – Investigador Permanente do INEP – Bissau;
Membro Associado do SOCIUS/ISEG/UTL – Lisboa;
Doutorando em Sociologia Económica e das Organizações ISEG/UTL

Contacto: jooribeiro@yahoo.com

Novembro, 2007

Índice Geral*

Introdução e enquadramento	5
1. Dinâmicas migratórias guineenses e modos de incorporação nas diferentes etapas de mobilidade.....	8
1.1. Da mobilidade interna e regional à cultura migratória de certos grupos étnicos	8
1.2. As relações históricas e determinantes sócio-culturais como imperativos de mobilidade: o percurso para Portugal.....	11
2. O papel das redes e seus efeitos (cumulativos) na reprodução e manutenção das dinâmicas migratórias contemporâneas	16
3. <i>L'enjeu</i> das redes, do capital social, da <i>embeddednes</i> , e limites da formação e capital humano no enquadramento socioprofissional	22
Conclusão	28

Bibliografia

* NOTA: este artigo foi realizado no âmbito do programa de doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações no ISEG/UTL. Sob o tema: “dinâmicas e enquadramento socioprofissional dos quadros superiores guineenses na diáspora: *redes, enquadramento, dinâmicas transnacionais e desenvolvimento da Guiné-Bissau*”. Porém, não deixo de agradecer a todos os que contribuíram para a realização deste trabalho, e em especial aos Professores, Doutor Rafael Marques e Doutor João Peixoto, pelas críticas. No entanto, sublinho que qualquer (eventual) insuficiência deste trabalho é da responsabilidade do próprio autor.

Introdução e enquadramento

A compreensão e a explicação das motivações das acções humanas fazem parte das tradições e desafios das ciências sociais no quadro das suas diversas disciplinas. A nova sociologia económica empenha-se em demonstrar como os comportamentos humanos (supostamente) de racionalidade económica são moldados por determinantes sócio-culturais em determinados ambientes sociais (Smelser, 1994; Marques, 2003). Porém, essa preocupação (em parte) fora já evidenciada por Max Weber na sua sociologia compreensiva, sobre a acção racional humana. Weber sublinha que a acção individual (seja ela racional, afectiva e/ou tradicional), não pode ser dissociada do seu contexto social. Ela é produto de relações que se estabelecem entre os próprios indivíduos. Ou seja, não há racionalidade humana “isolada” (como fruto de cálculos e benefícios), sem influência de um ambiente sócio-cultural próprio (Weber, 1997; Bruhns, 2006). A racionalidade migratória, como produto do exercício de cálculos individuais racionais (fenómeno económico), de modo a otimizar benefícios (mobilidade ao encontro do melhor espaço de vida), representa uma das motivações do homem na sua luta pela sobrevivência. A complexidade e o volume das dinâmicas migratórias actuais são exemplo das várias e complexas motivações das acções humanas, que não só representam o produto da maximização/optimização, como também são fruto de determinantes sócio-culturais (onde operam as redes e o capital social) e das interacções incrustadas dos homens ao longo dos anos.

O presente trabalho, intitulado “os limites da racionalidade migratória”, demonstra como os determinantes sócio-culturais são importantes na moldura da racionalidade individual humana para a mobilidade. No entanto, os determinantes sócio-culturais aqui sublinhados representam os hábitos culturais e modos de vida de um determinado grupo na sociedade. Manifestam-se através de redes de relações sociais (próprias) e suas reciprocidades, em determinados meios ou ambientes sociais específicos, sustentados por estruturas sociais (mentais, individuais e colectivas), que influenciam o migrante desde a sua decisão de migração, o seu percurso e a sua integração no novo espaço de vida. Por outro lado, a análise tenta demonstrar como os recursos do migrante (formação e capital humano), fruto da racionalidade individual (investimento) para melhor benefício (integração socioprofissional), só se impõem num determinado espaço e contexto social próprios. Os modos de incorporação diferenciados dos diferentes grupos imigrantes em Portugal, e essencialmente dos guineenses na diáspora, representam exemplos claros de como as relações de produção e os mercados de

trabalho estão incrustados nas relações sociais e nas redes estabelecidas entre os homens, entre estruturas colectivas, entre os países etc., respeitando as suas relações históricas e sócio-culturais.

Todavia, a nossa preocupação encaixa-se nos debates actuais, entre a sociologia e a economia, sobre a motivação do comportamento do indivíduo como actor social e/ou agente racional económico. As críticas à teoria neoclássica (sobre a racionalidade individual) têm o seu sustento em clássicos como Karl Marx, pela sua preocupação em explicar as diferentes relações da vida das sociedades, Alexis de Tocqueville, nos seus estudos sobre a liberdade, democracia e economia na América, Max Weber, na sua investigação sobre o protestantismo e o espírito do capitalismo, Émile Durkheim, na sua reflexão sobre a divisão social do trabalho; e são complementadas por outros clássicos da sociologia, como Talcott Parsons ou Karl Polanyi, entre outros (Smelser, 1994). No entanto, entre os clássicos é importante destacar dois grandes autores e precursores da sociologia económica na sua primeira fase de surgimento – Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920). Marx sustentava a ideia de que aquilo que condicionava a vida humana era o modo como se efectuava a produção social e sua existência. Tese retomada e superada por Max Weber, ao defender que, para cada tipo de produção social, se exige um determinado tipo de colaboração. O próprio estabelecimento de relações sociais pressupõe um determinado tipo de linguagem, de modo a permitir a comunicação entre os intervenientes (Weber, 1997). Estes valiosos contributos deixam a compreensão de que, em toda a esfera da vida económica, as pessoas se relacionam, simbolizam e representam em significados de relações sociais, num contexto e ambientes próprios. Assim, o “contexto” é importante na consolidação das relações humanas, seja de que esfera for, mesmo nas relações conducentes à consolidação do mercado (onde os homens fazem as trocas dos seus produtos) (Zelizer, 2000; Bruhns, 2006).

Os modos de enquadramento de um actor (racional/social), ou do migrante numa determinada sociedade, não dependem só do seu esforço racional pessoal em investir na mobilidade e no capital humano, mas sim das redes, do capital social e relações sociais incrustadas que estão ao seu alcance. Deste modo, podemos dizer que um grupo de migrantes guineenses, por mais qualificado que possa ser, não tem o mesmo volume de oportunidades de enquadramento socioprofissional em França que um grupo de migrantes qualificados senegaleses, devido à diferenciação e extensão das redes e capital social disponíveis e à consequente *embeddedness*. O espaço de enquadramento socioprofissional está circunscrito não só ao nível de formação e necessidades do mercado de trabalho, mas também às redes e relações sociais incrustadas entre os actores sociais, e às reciprocidades que delas advêm,

como demonstra o volume das dinâmicas imigratórias internacionais.¹ Daí a *embeddedness* ser muito importante na moldura das motivações humanas, sejam elas individuais ou colectivas (Uzzi, 2000). As acções de racionalidade humana estão dimensionadas e moldadas dentro de um espaço social “*embedded*” próprio, e progridem dentro do quadro destas molduras confinadas às estruturas sociais e humanas (Beckert, 1999, 2003; Granovetter, 2000). Este processo representa também a preocupação de outros cientistas sociais (não tradicionais da sociologia económica). Exemplo disso é o contributo de George. H. Mead, que dizia que a mente humana não é um elemento de abstracção individual isolado, mas sim algo que se forma num processo social, através de diversas interacções, que permitem a experiência e a moldagem do indivíduo (Mead, 1974).

O primeiro ponto deste trabalho demonstra como a racionalidade migratória é também produto de elementos sócio-culturais e da cultura migratória, construídos ao longo das gerações e em determinados contextos sociais próprios e favoráveis. No caso concreto da migração guineense, os dois grupos migrantes com maior cultura migratória (Manjacos e Fulas) representam experiências adquiridas ao longo da história, desde as mobilidades internas às transfronteiriças, o que os distingue dos demais grupos na forma de integração e na abordagem do fenómeno da migração em geral. Esta realidade é testemunhada no manifesto das suas redes migratórias (familiares e associativas) na diáspora (Có, 2002). A migração (para estes dois grupos, Manjacos e Fulas) não representa uma mobilidade unidireccional, mas sim bi-direccional, com componentes de retorno as origens (Có, 2002). Esta situação dá-lhes, no entanto, o estatuto de maior grupo étnico transnacional na experiência migratória guineense. Por outro lado, demonstramos como as relações de proximidade sócio-culturais contribuem para a selecção, diferenciação, enquadramento e escalonamento dos diferentes grupos migrantes em Portugal. O exercício entre contrastes e continuidades dos determinantes sócio-culturais do migrante substitui (de que maneira) a racionalidade individual (investimento em capital humano) no processo de incorporação e enquadramento socioprofissional na sociedade de acolhimento. Paralelamente, a migração guineense (entre as demais), no seu todo, é daquelas que apresenta mais variados contrastes e continuidades em relação à sociedade portuguesa de acolhimento, devido à sua variedade inter-étnica (ver Machado, 2002, sobre contrastes e continuidades).

O segundo e terceiro pontos demonstram o papel das redes, do capital social e da *embeddedness* na dinâmica e volume dos migrantes qualificados, tanto em Portugal como a

¹ Sobre dinâmicas actuais e modos de incorporação, ver Adepoju (2000); Baganha (2002b); Carrington (1998); Castles (2000); Docquier (2006); Lowell (2002); Peixoto (2001); Portes (1999).

nível internacional. Cada vez mais, as mobilidades e modos de enquadramento dos migrantes são fruto de relações “*embedded*” entre os actores, através de redes e capital social dos migrantes, ou entre os seus países, através de relações e acordos recíprocos. A direcção e tendência das mobilidades internacionais actuais (migrações de massas, laborais, reagrupamento familiar, *brain drain*, *brain waste*, refugiados, migrações clandestinas etc.) testemunham esta verdade. A formação e o capital humano (hoje em dia) não representam (por si) a mais-valia na mobilidade e incorporação dos migrantes. As redes e relações estabelecidas por determinantes sócio-culturais ganham cada vez mais o espaço na orientação das mobilidades humanas, e constituem elementos de apreciação e análise do enquadramento socioprofissional. No entanto, as novas dinâmicas e políticas de migração não deixam de apelar à sociedade de conhecimento e destinam-se à mobilidade de quadros altamente qualificados.²

1. Dinâmicas migratórias guineenses e modos de incorporação nas diferentes etapas de mobilidade

1.1. Da mobilidade interna e regional à cultura migratória de certos grupos étnicos

A migração guineense, nas suas formas e tipologias de incorporação, teve a sua origem em dinâmicas pendulares e inter-regionais, durante o período colonial. Após a independência em 1974, torna-se (mais) ligada a Portugal, por razões históricas, culturais e diplomáticas, por um lado, e devido à necessidade de mão-de-obra barata em certas áreas de menor grau de especialização (Machado, 2002; Có, 2002), por outro. No entanto, entre 1919/20 houve várias dinâmicas internas (no país), especialmente entre etnias Manjacas, Balantas, Brames (Mancanhas) e Balanta-Manés, manifestadas por razões puramente económicas, e por razões económicas e afinidades religiosas nas etnias Mandingas, Fulas e Felupes. Deste modo, os Balantas (o maior grupo étnico do país) ocupam a maior parte da região Oio e também alguma parte de Farim (norte do país) e estão ainda disseminados em várias partes do país, essencialmente na zona sul (região de Quinara e Tombali); os Fulas e Mandingas ocupam a maior parte das regiões de Bafata e Gabu e parte setentrional de Farim; os Manjacos, Mancanhas e Felupes ocupam a maior parte das regiões de Cacheu (região

² Sobre volume, direcção e modos de enquadramentos de diferentes grupos migrantes, ver Adepoju, (2000); Portes (1999); Barros, (2002); Beckert, (1999); Docquier (2006); Haroon (2002); Kloosterman (1999); Krippner (2004); Lowell (2003); Machado (2002); Peixoto (1999); Pellegrino (2003); Pendakur (2002); Quadagno (2000); Throsby (1999); Uzzi (2000); Zafirovski (1999).

fronteiriça com o Senegal); os Bijagós instalam-se na maior parte da região Bolama/Bijagós; os Papeis na região de Biombo, tendo como feudo a cidade de Bissau (Carreira, 1952).³

A mobilidade interna testemunha a existência de alguns grupos étnicos com maior propensão à mobilidade que outros; como exemplo temos os Balantas, os Fulas e os Manjacos, assim como os Brames (Mancanhas). Porém, poder-se-á dizer que as mobilidades inter-étnicas se fizeram sentir em todos os grupos étnicos, muito embora diferenciadas no volume e direcção. No entanto, acentuaram-se mais no período colonial devido às convulsões da luta de libertação nacional; à evacuação das populações que viviam nas zonas afectadas pela guerra; e às atrocidades cometidas sobre as populações locais por parte das autoridades coloniais (Cabral, 1974; INEC, 1991).

Por esse motivo, a tendência à mobilidade interna e inter-regional era evidente, devido à repressão colonial. E já nos anos 1950 se calculava que cerca de 50 mil guineenses tinham deixado o território da então Guiné-Portuguesa (Anderson, 1966). Alguns membros do grupo étnico Balantas terão emigrado para a Guiné-Conacri, enquanto os Fulas, Mandingas, Manjacos e Mancanhas emigraram para a República do Senegal, (Cabral, 1974). Desta forma, começa o desenho da cultura migratória dos diferentes grupos étnicos guineenses, que se transmitiu ao longo das décadas através das suas redes, com excepção do grupo étnico dos Balantas, que não possui indicadores de cultura migratória internacional nos dias que correm.

Porém, os Manjacos (conhecidos como um dos maiores grupos com cultura migratória), por influência da interacção regional com o Senegal, já no início do século XX emigravam para esse país, e depois para a França – o que foi evidenciado pela sua participação na I e II Guerras Mundiais ao lado das tropas francesas (segundo vários “contos” e testemunhas). Essa mobilidade poderá justificar o decréscimo (relativo) em número desta etnia na Guiné-Bissau, uma vez que, no período colonial, era a segunda mais numerosa (depois dos Balantas); o seu destaque tem sido perdido para os Fulas que, por sua vez, provieram de Fouta Djalon (Guiné-Conacri) e Mali. Estes últimos são identificados como um povo de características nómadas, na sua história e vivências quotidianas. Estas circunstâncias reforçam, de certa forma, a identificação destes dois grupos étnicos (Manjacos e Fulas) com a “cultura migratória”, sendo aqueles que possuem maiores experiências de racionalidade migratória, transmitida de geração em geração e cujo impacto se nota tanto nos modos de

³ A Guiné-Bissau é um dos países da África Ocidental com mais de duas dezenas de grupos étnicos. No entanto, estes estão divididos em dois grandes grupos e com principais representantes. De um lado, os animistas, onde se encontram os grupos autóctones (principais grupos: Balantas, Manjacos, Papeis, Mancanhas ou Brames, Felupes, Bijagós, Nalus, Sussu etc.); de outro, os Muçulmanos (principais grupos: Fulas, Mandingas, Beafadas, Balanta-Manés etc.).

incorporação na sociedade acolhedora, como na relação com os espaços de vida de origem (Có, 2002).

Esta primeira fase de enquadramento histórico da migração guineense permite-nos fazer uma análise baseada nas teorias migratórias, acentuando a escolha da racionalidade individual como componente chave nas primeiras dinâmicas (internas) e experiências de qualquer grupo migrante. A teoria neoclássica da escolha racional individual, que muito serviu para explicações da mobilidade dos indivíduos no século XX, parece encontrar espaço importante neste contexto histórico guineense, no período da formação dos primeiros grupos migrantes. Tal sucede, em parte, por estes serem de manifestação inter-regional. A história dos percursos testemunha que, numa primeira fase, alguns grupos étnicos (exemplo dos Balantas) tiveram a oportunidade de se deslocarem para a Guiné-Conacri (nos anos 30 e 50). Mas, depois de algum tempo, optaram por regressar às origens (essencialmente no período da mobilização para a luta armada de 1963/74). Tal contrasta com os Manjacos, que se deslocaram para o Senegal. Estas razões levam-nos a sustentar que os indivíduos, antes de serem migrantes, são racionais e procuram as melhores condições possíveis para as suas vidas. As diferenças salariais, as diferenças de oportunidades de vida entre localidades, países e regiões, são o prenúncio de dinâmicas migratórias tanto internas como internacionais. Neste contexto, é plausível aceitar que vários guineenses, sobretudo os Manjacos, que habitavam na região fronteira com o Senegal, depois dos primeiros contactos com este país vizinho, se sentissem atraídos ao ponto de se instalarem nesse país. Desse modo desenvolveriam a sua actividade comercial tradicional como artesões (tecelagem) etc., e fariam outras tarefas que lhes permitiriam viver melhor do que nas suas terras de origem.

No entanto, não nos podemos cingir à teoria da escolha racional, uma vez que, ao contrário daquilo que aconteceu com os Manjacos, Fulas e alguns Mancanhas, os Balantas que se deslocaram para a Guiné-Conacri (país vizinho do Sul) acabaram por regressar ao país de origem. Poder-se-ia dizer que a racionalidade individual económica, como determinante importante da mobilidade dos indivíduos na teoria neoclássica, não teve impactos significativos na realidade dos Balantas. Assim, a hipótese mais plausível da não incorporação dos Balantas na Guiné-Conacri terá sido a não existência de redes de incorporação, por um lado, e as condições oferecidas neste país não compensarem o risco de ser estrangeiro, por outro. A mobilidade dos grupos Manjacos para o Senegal encontrou espaços através da comunidade e redes de incorporação. Primeiro, a partilha de espaços fronteiriços terá permitido a partilha e mobilidades migratórias pendulares entre os dois países; segundo, já existiam indivíduos de origem Cabo-verdiana (considerados na altura como povo irmão da

Guiné) no Senegal (Cabral, 1974). Essa relação de identidade sócio-cultural entre o povo da Guiné-Bissau e o povo do Senegal ainda é visível nos seus grupos étnicos, sobretudo na zona fronteiriça (Sonko, 2004).

A análise desta fase das primeiras mobilidades, internas e inter-regionais, permite-nos compreender a compensação existente entre as teorias de escolha racional individual (da teoria neoclássica) e os determinantes sócio-culturais, traduzidos nas redes de incorporação defendidas pela nova sociologia económica, na percepção das mobilidades humanas.

1.2. As relações históricas e os determinantes sócio-culturais como imperativos de mobilidade: o percurso para Portugal

Segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, 2007⁴), a população estrangeira em Portugal em 2006, era de 409.185 imigrantes (dos quais 226 816 são homens e 182 369 são mulheres). É de notar que o volume de imigração em Portugal é repartido entre africanos e europeus; estes dois continentes representam mais de 74% dos imigrantes em Portugal. Os cabo-verdianos e brasileiros representam as maiores comunidades, com 65 484 e 65 463 respectivamente, seguidos dos ucranianos com 37 851, depois os angolanos com 33 215 e por fim os guineenses 24 513 imigrantes.

Não obstante os números⁵, a primeira vaga de imigração para Portugal ocorre nos anos 60. É a chamada “imigração de substituição” (de muitos dos portugueses que tinham emigrado), constituída por um contingente maioritariamente de origem cabo-verdiana, com o objectivo de suprir a falta de mão-de-obra no sector das obras públicas e da construção civil. A segunda vaga corresponde ao período pós 25 de Abril de 1974, sendo constituída por um contingente de “retornados”, ou repatriados das ex-colónias, com uma composição socioprofissional e cultural favoráveis, estando também associada a indivíduos “assimilados” (fruto do processo da aculturação imposto no período colonial). A terceira vaga teve lugar a partir de 1980, sendo representada por cidadãos das ex-colónias, estando sobretudo dirigida ao mercado secundário da construção civil e obras públicas, dos serviços domésticos e de limpeza. É um período de forte migração laboral, uma vez que, para além dos factores de atracção (factores *pull*) movidos pelos apoios dos Fundos Estruturais do Quadro Comunitário de Apoio, surge como consequência (factores *push*) do descalabro das políticas designadas

⁴ Números provisórios do SEF em 2007, disponível no site do SEF.

⁵ Os dados estatísticos no seu tratamento final, têm tido algumas oscilações tendo em conta diversas fontes de publicações.

como Programas de Ajustamento Estrutural de relançamento das economias dos PALOP (Baganha, 2002a; Machado, 2002). E porque não falar de uma quarta vaga a partir de meados dos anos noventa, constituída pela aceleração maciça dos fluxos de europeus de leste e brasileiros? Esta pode ser considerada como a segunda vaga da imigração laboral em Portugal.

Nos anos mais recentes, depois da consolidação de Portugal como país de imigração e emigração, do fim dos apoios (maioritários) dos Fundos Estruturais do Quadro Comunitário de Apoio à construção civil e obras públicas, e da crescente rigidez nas fronteiras aos imigrantes laborais, através de implementação de novas políticas de imigração, poder-se-á falar do poder das redes (familiares, institucionais e políticas) como dinamizadoras das mobilidades migratórias. A família, as associações, as políticas de migração, são hoje imprescindíveis na escolha, incorporação e decisão de mobilidades internacionais. Como sublinha Jon Elster, as normas sociais são importantes e fornecem várias categorias à motivação da acção humana (consumo, reciprocidade, cooperação, distribuição etc.), não sendo redutíveis à racionalidade ou a qualquer mecanismo de optimização (Corcuff, 1997).

No caso concreto da mobilidade internacional guineense, após a independência, ela é direccionada essencialmente para Portugal no período de 1975 a 1980, isto apesar das redes familiares dos migrantes no Senegal e na França continuarem a operar normalmente, essencialmente no grupo étnico dos Manjacos. Todavia, a migração para Portugal estava relacionada com os (então) guineenses “assimilados”, que possuíam modos de vida similares aos portugueses e tinham algumas oportunidades de convívio e partilha de valores sociais, morais e religiosas com os portugueses, sendo aliás tratados por luso-guineenses (Machado, 2002). Muitos destes “assimilados” emigraram também para Cabo-Verde, onde tentaram encontrar melhores espaços de vida, com semelhanças nos hábitos culturais e sociais, e a paz necessária para retomar as suas vidas. A segunda vaga (dos guineenses) para Portugal corresponde ao período de 1985 a 1995, movida pela conjuntura económica e administrativa e pelos falhanços dos Programas de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. É o período das ofertas do mercado (secundário) da construção civil, sustentadas no acordo geral sobre migração recíproca entre os dois países (Portugal e Guiné-Bissau), publicado no Diário da República, 1ª série, n.º 204, de 5 de Setembro de 1981 (Gouveia, 1998).

Voltando à análise e enquadramento das vagas imigrantes em Portugal, podemos dizer que o período da primeira vaga (nos anos sessenta), que foi motivada pela necessidade de substituição da mão-de-obra barata em vários sectores da produção de bens e serviços, se identifica com a abordagem do mercado dual. A teoria do mercado dual de Michael Piore sustenta a ideia de que as migrações são produto de uma demanda permanente de mão-de-

obra estrangeira, e são consequência da necessidade de manutenção do crescimento das economias dos países industrializados. A necessidade de crescimento e a manutenção das economias dos países avançados permitem a segmentação do mercado de trabalho em primário e secundário (Arango, 2000). De um lado, o mercado primário está destinado aos indivíduos com melhores qualificações, essencialmente aos nacionais; por outro lado, o mercado secundário demanda a necessidade de mão-de-obra não qualificada e é mais propenso aos migrantes.

A verdade é que a selecção dos indivíduos para o preenchimento destes segmentos de mercado é sempre realizada respeitando alguns determinantes sócio-culturais, porque os migrantes representam fragmentos das sociedades (globais), e estas são formadas pela homogeneização destes fragmentos ou artefactos culturais. As relações históricas que Portugal tinha com as suas colónias eram importantes, mas, muito mais importantes, foram as proximidades ou similaridades sociais, culturais e religiosas. Neste contexto, Cabo-Verde representava a expressão das maiores proximidades e continuidades sócio-culturais entre as ex-colónias, o que terá contribuído para a escolha deste povo para substituir a mão-de-obra da emigração portuguesa. Por exemplo, na Guiné-Bissau até 1960, apenas 1% de toda a população detinha educação elementar ou básica, e 0,3% eram considerados indivíduos “assimilados”. Tal demonstra a distância sócio-cultural para com a sociedade portuguesa na altura.

A situação de contraste sócio-cultural com o povo da então Guiné-Portuguesa era evidente. Nesse mesmo período, havia apenas uma escola secundária oficial, mas cerca de 60% dos seus alunos eram europeus. Até essa data (1960), apenas 11 guineenses tinham tido uma licenciatura universitária e eram considerados “portugueses assimilados”, com relações consanguíneas com os cabo-verdianos (Davidson, 1975), o que nos permite concluir que a maior parte era da origem cabo-verdiana. Porém, dados confirmados por outras fontes de informação subscrevem que, de 1471 (data da ocupação portuguesa do território guineense) até 1961, apenas 14 guineenses obtiveram diplomas de formação superior, enquanto 11 conseguiram o nível do ensino técnico (CIDAC, 1976). Esta situação é bem diferente da de Cabo-Verde, onde a primeira escola primária, a funcionar na Praia (que chega a ser capital administrativa da Guiné), surge em 1918. Muito cedo, em 1466, os missionários franciscanos já ensinavam em todo o arquipélago, ainda que o ensino fosse exclusivamente religioso (Negreiros, 1909). Em Agosto de 1845, lançam-se os primeiros alicerces para a criação da escola pública no Ultramar, definindo os princípios orientadores da instrução primária, mas a escola só deu os seus primeiros passos em Outubro de 1848 (Afonso, 1996). Nessa mesma

data (1848), o governo português invoca que os indígenas de Cabo-Verde podem fazer os seus estudos em Lisboa. Em 21 de Abril de 1864 assiste-se à criação de uma colónia de indígenas de Cabo-Verde na Guiné (Rio – Grande de Bolola), e é ordenado que os filhos destes colonos insulares possam frequentar as escolas primárias. No entanto, em 1892, o decreto de 21 de Maio regulamenta as bases estáveis do ensino primário na Guiné, para os assimilados e europeus (Negreiros, 1909), o que demonstra que a proeminência dos Cabo-verdianos nos processos educativos, a proximidade cultural com os Portugueses e a mobilidade deste povo para Portugal são seculares. A relação entre Cabo-Verde e Lisboa (Portugal) não terá começado apenas com a migração de substituição dos anos sessenta.

As vantagens sócio-culturais e religiosas de Cabo-Verde em relação às demais ex-colónias (essencialmente a Guiné-Bissau) eram evidentes e continuam a ter peso (mesmo hoje em dia) no enquadramento destes dois grupos étnicos em Portugal, e na forma como as estruturas mentais dos indivíduos abordam os imigrantes. Não obstante, os contributos neoclássicos da racionalidade individual (incluindo a racionalidade migratória), e as componentes histórico-culturais, sustentadas pelas redes, imperaram sempre nas decisões e nos acordos das migrações. As vantagens e proximidades culturais entre os povos estão sempre presentes nas mobilidades individuais e colectivas. Todavia, não se deve desconsiderar outras razões, como a necessidade de encontrar um espaço de vida melhor, que exige sempre uma decisão racional (seja individual ou colectiva), o que terá acontecido com os Cabo-verdianos nos anos cinquenta, que terá permitido que este povo se apresente como aquele que possui maior experiência e redes migratórias de entre os PALOP⁶ (tendo ligações com Senegal, França, Portugal, Holanda, EUA, etc.).

As proximidades e similaridades sócio-culturais não só permitem moldar as racionalidades (individuais e colectivas) como direccionam as mobilidades humanas por um lado, e por outro, são importantes na integração dos migrantes nos seus destinos (sociedade de acolhimento). Em Portugal, a população estrangeira apresenta um perfil sócio-demográfico “bipolar” que distingue, por um lado, a população originária de países da Europa e do Brasil (países com maiores parecências e continuidades culturais), com um nível socio-económico e socioprofissional mais elevado, ilustrado pelo facto de as mobilidades dos quadros superiores europeus se fazerem sentir nas multinacionais. Por outro lado, encontramos a população oriunda dos PALOP, de outros países africanos, bem como da Europa de Leste com uma

⁶ Países africanos de língua oficial portuguesa.

composição socioprofissional ⁷ muito desfavorável (Baganha, 2002b; Peixoto, 1999). No entanto, já em 1995 mais de 5% do total dos imigrantes guineenses em Portugal possuíam nível de instrução superior, perto de 4% detinham formação média, e mais de 35% o ensino secundário complementar (Machado, 2002). Este facto não foi suficiente para retirar este grupo migrante do lugar desfavorável que ocupa na estratificação social. No entanto, a fragmentação devida a continuidades e contrastes sócio-culturais continua a ser elemento importante na formação das estruturas mentais e da própria realidade social em Portugal. Estudos recentes demonstram que os imigrantes do leste europeu (que em tempos estavam na mesma linha hierárquica com os PALOP) estão a distanciar-se dos africanos, nas oportunidades de incorporação e na forma como são vistos nas estruturas mentais dos nacionais, identificados cada vez mais como “nós” portugueses, apesar de possuírem poucos anos de contacto com Portugal (Lajes, 2006).

Estes exemplos comprovam que a incorporação dos migrantes é, na sua maioria, consequência da conjugação entre a racionalidade migratória e determinantes sócio-culturais, e da forma como estes últimos são apreciados num determinado espaço próprio (contexto). No caso guineense, uma vaga de guineenses com formação técnica e intermédia (muitos deles com formação profissional, professores do ensino básico e complementar, professores da educação física e desporto) emigrou nos anos oitenta para Cabo-Verde, onde teve um enquadramento socioprofissional compatível com a sua formação, não se evidenciando quaisquer dificuldades de integração, tendo muitos destes migrantes obtido rapidamente a nacionalidade cabo-verdiana. Alguns deles (com nacionalidade cabo-verdiana) migraram mais tarde para Portugal e para outros países da Europa, aproveitando as redes migratórias disponíveis (deste povo). Porém, outros elementos de discriminação fazem parte integrante de incorporação. Segundo Lindley (2000), a segmentação do mercado de trabalho está ligada não só ao crescimento sustentado de países industriais mas também ao período do fecho das portas, em 1973, às migrações de massa, por um lado, e a certas formas de discriminação racial e étnica em que os migrantes são passivos, por outro. A estruturação do mercado de trabalho em países mais avançados permite que certos grupos e categorias de indivíduos tenham como oferta única certos tipos de empregos e não permite a mobilidade socioprofissional.

⁷ A noção socioprofissional não tem a ver com o nível de escolaridade, ou nível de instrução, uma vez que há estudos que comprovam que indivíduos imigrantes com nível muito elevado de escolaridade estão incorporados no mercado de trabalho secundário, ou não qualificado, como é o caso de alguns guineenses (Machado, 2002; Có, 2002). Esta realidade também se verifica nas vagas recentes dos países da Europa de Leste.

2. O papel das redes e seus efeitos (cumulativos) na reprodução e manutenção das dinâmicas migratórias contemporâneas

A teoria neoclássica de explicação migratória fracassou na sua tentativa explicativa, não só pela complexidade das novas correntes migratórias, mas também por não ter dado grande relevo aos determinantes sócio-culturais (não economicistas) na análise dos cálculos e decisões migratórias. Essa minimização tem sido objecto de debates entre a sociologia e a economia (na edificação da nova sociologia económica), sobretudo na interpretação da racionalidade individual e colectiva como dinamizadora das mobilidades humanas (Peixoto, 2004b; Marques, 2003). O debate entre a sociologia e a economia não só se refere a críticas à teoria neoclássica, como se prolonga a certas variáveis das migrações internacionais (Portes, 1999; Peixoto, 2004b). Porém, alguns economistas e sociólogos tentam minimizar a rivalidade, procurando convergências (Abell, 2003). Um bom exemplo é Dequech (2003), que afirma que a teoria de escolha racional (neoclássica) é uma das várias tentativas de explicação da acção humana, onde se aceitam (de forma subentendida) as várias motivações não económicas. Holton (1995), na sua lista dos fenómenos económicos, considera movimentos sociais, e valores culturais, como elementos a considerar quando se fala da economia e sociedade. Portes (1999), um dos mais referenciados autores no debate das migrações como objecto de estudo da sociologia económica, afirma que as migrações, nas suas novas dinâmicas internas e internacionais, têm assumido um carácter social. Jackson (1991) destaca que o efeito social, através da incorporação do migrante, condiciona novas formas de vida e novo status, tanto no espaço de vida de acolhimento como de origem.

A conjugação entre impulsos racionais individuais e condicionantes do meio na dinâmica migratória terá começado a ser debatida quando Lee considerou os “obstáculos intervenientes” como essenciais na conjugação (racional) dos factores de atracção e repulsão, análise sustentada pela teoria da nova economia de Oded Stark, que coloca a família no centro da decisão da mobilidade humana (Arango, 2000; Peixoto, 2004b). Todavia, não é que este novo enfoque teórico tenha fugido da racionalidade individual por completo, mas sustenta a necessidade de substituição e da mudança do centro decisor da migração, do indivíduo para a família.

No entanto, mais que uma sustentação crítica ou teórica, é a própria complexidade das dinâmicas migratórias que esteve na origem do surgimento da teoria das redes. A teoria das redes surge num estado evoluído das correntes migratórias, nos momentos de grande complexidade das mobilidades internacionais humanas, e de várias políticas das migrações

internacionais, sobretudo do controlo e fecho das fronteiras à migração de massa, na terceira etapa das migrações contemporâneas (Lindley, 2000). O conceito de redes migratórias é muito vasto, podendo ser concebido como o conjunto das relações sócio-familiares e institucionais, mas também como redes de migrações clandestinas (Arango, 2000). Na verdade, as redes referem-se a um conjunto de relações pessoais e interpessoais dos migrantes em relação aos seus familiares, parentes, amigos e conterrâneos, assim como aos intermediários que facilitam a ajuda financeira e a mobilidade de um determinado “agente” migrante. Podemos associar as redes migratórias ao capital social de um indivíduo, ou colectivo migrante, uma vez que a relação social dela proveniente permite que o “agente-social” migrante não só se desloque de um lugar para outro, como possa ascender a certos meios económicos, empregos e/ou melhores salários e estatuto social.

As redes são “agentes” por excelência de incorporação dos migrantes, sustentadas em teias de relações sócio-culturais específicas em determinados contextos. Portes (1999) defende que as redes são importantes nos modos de incorporação dos migrantes, podendo influenciar as políticas migratórias. As políticas governamentais, a sociedade civil, a opinião pública e a própria organização da comunidade étnica migrante são fios condutores da integração e mobilidade (status) dos migrantes, e sustentam-se nas relações e continuidades sócio-culturais. Assim, as redes podem iniciar-se em embriões de relações históricas que se desenvolvem ao longo do tempo, sendo resultado de processos históricos de formação e aproximação das identidades. Podem também ser o resultado (híbrido) de estruturas sociais de vivência e convivência identificadas nos países de acolhimento e que servem de representação ou estruturas simbólicas (de enquadramento) aos seus grupos de migrantes. Nesta perspectiva, podemos considerar o associativismo (rede) como um factor de coesão e de reinvenção de novos laços sociais, que se reactivam e actualizam segundo a transformação das próprias sociedades, das mentalidades e dos comportamentos humanos. Todavia, apesar das redes, a capacidade e o capital humano que cada migrante possui continua também a ser um elemento que pode facilitar a sua integração e a própria relação com as redes na sua defesa. Jackson (1991) sublinha que importa termos presente que o processo social de adaptação a um novo ambiente ou de acomodação a novas expectativas normativas, culturais e morais, bem como a eventual assimilação por parte da comunidade de acolhimento, caso ocorra, constituem experiências comuns a toda espécie de migrantes, mas que estas experiências são medidas na capacidade e nível de representação que cada rede especializada possui.

Os finais da década de 80 e o princípio da década de 90 constituem o período marcante para o surgimento das redes institucionais de incorporação dos migrantes em Portugal,

motivadas pelo crescimento significativo dos seus agentes (migrantes). São disso exemplo a Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINEENSO) fundada em 1987, e outras associações de migrantes. E muito antes existiam associações cabo-verdianas, por exemplo a Casa de Cabo Verde, fundada em 1970, e a Associação de Cabo-verdianos e Guineenses em 1976 (Albuquerque, 2000). No caso concreto das redes guineenses, as dezenas de associações de migrantes associadas à Confederação de Associações Guineenses em Portugal não se dissociam das experiências dos dois grupos étnicos (Manjacos e Fulas) com maior experiência no percurso da mobilidade internacional guineense. Assim, das mais de três dezenas de associações reconhecidas, mais de duas dezenas apresentam um carácter étnico; e dentro destas redes étnicas, 91% são identificadas com Manjacos e Muçulmanos (essencialmente Fulas) (Có, 2004). Este exemplo é elucidativo dos modos de incorporação dos migrantes guineenses em Portugal, reservados em boa parte ao mercado secundário, reflexo da tendência de incrustação étnica das redes disponíveis.

No entanto, uma das principais preocupações das redes de incorporação (étnicas) é a manutenção de “vida” dos familiares nos locais de origem e os problemas que afectam o progresso do seu país em geral (Có, 2002, 2004). Porém, esta preocupação é extensiva a redes de quadros superiores e estudantes em Portugal. A BOLANHA⁸ (associação de quadros superiores e estudantes guineenses em Portugal) define como principal objectivo o estabelecimento e manutenção de elos (relações) entre os quadros superiores espalhados pelo mundo e a sua pátria natal. No seu segundo congresso, realizado em Bissau (Março/Abril de 2005), o quadro temático sublinhava duas grandes orientações: por um lado, os contributos para uma definição de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional da Guiné-Bissau (preocupações específicas para as áreas de saúde e da educação); por outro, a política de migração e enquadramento da diáspora no esforço da construção nacional (Guiné-Bissau). Na mesma linha de abordagem de identidade e desenvolvimento nacionais está mobilizada a Guineáspora (Fórum dos guineenses na diáspora), que já realizou uma conferência destinada aos profissionais de saúde, denominada “Os profissionais de saúde guineenses em Portugal, desafios e contributos para o desenvolvimento sanitário da Guiné-Bissau”, de modo a que os profissionais desta área (médicos, farmacêuticos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, terapeutas e assistentes sociais) se mobilizem em recursos que possam minimizar aqueles problemas.

⁸ BOLANHA – Associação Guineense de Quadros e Estudantes é uma organização laica, apartidária e sem fins lucrativos, nascida na Diáspora para a ajuda ao desenvolvimento da Guiné-Bissau.

A racionalidade migratória, como pretensão de mobilidade e consequente integração do migrante, não pode dissociar-se das possibilidades e oportunidades que estas redes oferecem, porque são produto da própria acção humana e representam hoje em dia as relações sociais e humanas existentes entre os migrantes (guineenses) e as sociedades de acolhimento (diáspora). A forma de organização e representação das redes migratórias refere tanto o contexto social como o quadro de incorporação reservados aos migrantes. Mark Granovetter sustenta a tese que, no contexto das relações humanas (tanto inter-sociais, como de mercados supostamente racionais), a percepção das redes é importante no desenho da relação entre indivíduos em todas as esferas da vida humana, uma vez que representam o “espaço” onde a cooperação e confiança, dominação e condescendência normalmente são produzidos (Krippner, 2004). Neste espaço de contributo de Granovetter, olhando para as características das redes migratórias guineenses, e associando o conceito de capital simbólico desenvolvido por Bourdieu (1997), podemos compreender o lugar que cada grupo migrante merece nas estruturas mentais ou na estratificação dos diferentes grupos migrantes na sociedade portuguesa (ver Baganha, 2002a,b).

Para além do papel que as redes migratórias desempenham nas dinâmicas migratórias actuais, o capital (cultural) simbólico dos países de origem também constitui elemento de apreciação nos modos de incorporação. O capital simbólico que aqui consideramos tem a ver com os elementos sócio-culturais e a capacidade que cada país tem em envolver-se em acordos de reciprocidade, de modo a permitir/facilitar a melhor distribuição e aceitação dos seus migrantes. Assim, as ligações históricas entre os países, que permitem proximidades e continuidades sócio-culturais, podem favorecer não só o desenvolvimento das redes, assim como a proximidade entre os próprios países em criarem parcerias recíprocas, que facilitem a mobilidade dos seus membros. Assim, a cultura é um elemento importante na moldura e enquadramento dos migrantes nos complexos actuais (Sen, 2002; Uzzi, 1999; Klamer, 2001). Por exemplo, segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a maioria dos (19.276) vistos de trabalho concedidos em Portugal, em 2004, foi atribuída a trabalhadores brasileiros (10.770), no âmbito do acordo assinado entre Portugal e Brasil sobre a “contratação recíproca” de trabalhadores (ACIME, 2005). Também exemplo do recrutamento de cabo-verdianos para a mão-de-obra em certos sectores, através do Protocolo sobre Emigração Temporária de Trabalhadores cabo-verdianos para a Prestação de Trabalho em Portugal⁹.

⁹ Ver o DIÁRIO DA REPÚBLICA-I SÉRIE-A, n.º268-19-11-1997.

Os Estados Unidos da América (que têm sido destino de alguns quadros superiores guineenses), devido às relações diplomáticas com a Guiné-Bissau, criaram o visto de curta duração “Temporary Protected Status” para os (estimados 300) guineenses que terão entrado nesse país no período de 1999 a 2000, correspondente ao período de conflito armado (USA Department of Justice, 1999). Outro exemplo que demonstra como a cultura representa uma propriedade de integração é o caso dos chineses em Portugal. Ana Maria Amaro¹⁰ (ao falar do sucesso da integração desta comunidade), sublinha que alguns aspectos positivos são valores transmitidos ao longo das gerações e centrados na família, na entreajuda, e nas associações. Importa pois realçar a cultura e a importância da “face” asiática, que por vezes é subjacente ao (bom) comportamento cívico no seio da comunidade global e em particular em Portugal (ACIME, 2005).

Os exemplos anteriores estimulam o debate entre o poder das redes, a cultura e o limite da racionalidade humana/individual no complexo das dinâmicas migratórias actuais. Importa sublinhar que (nas dinâmicas actuais) o que move um migrante de um espaço para outro, e a sua conseqüente incorporação, já não é sustentado (só) pela racionalidade migratória (cálculos de mobilidade e/ou investimento em capital humano, como força produtiva), mas sim pelas redes e capital simbólico dos migrantes. O migrante continua a ser racional, mas limitado pelos dispositivos actuais que movem e demovem as mobilidades humanas, como as políticas e as redes, que também são produto de integração e percursos de vida de gerações anteriores. Porém, poder-se-á dizer que a globalização permite manter as pessoas em redes (contactos, informações etc.), mas delimita-as às suas próprias estruturas confinadas e a uma rede de estratificação social global, que permite que os indivíduos sejam apreciados pelas estruturas que representam (redes, capital social, determinantes sócio-culturais etc.). Assim, as redes (como os migrantes) são diferenciadas nas representações e imagens colectivas pelas estruturas e culturas, o que as permite ser novas incentivadoras das aspirações das mobilidades humanas.

A teoria clássica de racionalidade individual pode ser compreendida nas formas tradicionais das migrações internas e clássicas do século XIX, como também nas dinâmicas internas regionais actuais, como é o caso dos migrantes (refugiados de 1998/9) guineenses no Senegal e em Cabo-Verde que, depois do conflito e no exercício dos seus cálculos, optaram maioritariamente por regressar ao país de origem, apesar das redes familiares e amigáveis envolventes. Mas quando se referem as dinâmicas internacionais e os seus complexos

¹⁰ Professora Catedrática do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Directora do Centro de Estudos Chineses.

(volumes e direcção), elas pecam (por defeito) na compreensão e explicação deste fenómeno. A crise estrutural que afecta o continente africano, os conflitos armados permanentes, os baixos salários, a incapacidade de produção agrícola, as secas e a fome generalizada, ou o aumento populacional, continuam a ser elementos (*push*) importantes no exercício de cálculos individuais para a migração. Porém, são precisas redes de efectivação de mobilidades, como por exemplo os refugiados guineenses em 1998/9 que obtiveram estatutos temporários. Disso são também exemplo as redes de contrabando de centenas de migrantes subsaarianos que semanalmente tentam a travessia do estreito de Gibraltar para a Europa. Talvez se possa dizer que o exercício de cálculos racionais nas dinâmicas actuais estará mais ligado ao retorno/e ou não retorno, ou seja, decisões tomadas após o migrante ter experimentado a vida no novo espaço de vida (exemplo de alguns quadros superiores guineenses *overstayers*, que após a formação optaram por continuar nos países de acolhimento). No entanto, mais uma vez, o simples exercício do cálculo após uma experiência de vida no acolhimento não é, só por si, suficiente. O fenómeno dos *overstayers* é bem conhecido na dinâmica actual africana, mas sempre associado a outro fenómeno, o *brain waste* (Adepoju, 2000; Lowell, 2002). Tal é testemunhado pelo caso de alguns guineenses em Portugal que, após a formação superior, optaram por ficar e trabalhar como porteiros ou seguranças em estabelecimentos comerciais. Estas experiências são extensivas a toda diáspora. Por exemplo, na Itália, centenas de quadros guineenses que através da rede da missão católica conseguiram entrar nesse país para obter formação superior, são hoje reduzidos a trabalhos em pequenas fábricas, como alternativa ao regresso ao país de origem.

As redes não só são importantes na mobilidade e reprodução das dinâmicas actuais, como têm os seus espaços próprios, e confinam os seus pares a uma linhagem de incrustação (*embeddedness*) social. Esta situação (de incrustação) pode condicionar e influenciar positiva ou negativamente as gerações seguintes, na apreciação e apreensão de valores sócio-culturais que permitem maiores continuidades na sociedade acolhedora. Segundo um estudo denominado “Imagens da imigração em Portugal” (Ferin-Cunha, 2003), constata-se que o actor social [imigrante] é “nomeado” e “personalizado”, seja de origem africana, seja da Europa de Leste. A segunda e a terceira geração em Portugal são identificadas como indivíduos ligados ou oriundos de “imigrantes de origem africana”, ligados a designações como “*gangs*”, “*eles*”, “jovens de periferia” etc., e também a condições miseráveis nos seus “espaços de vida” nos bairros degradados, bairros sociais e de realojamento, caracterizando-se por dificuldades de inserção cultural nas escolas e no ritmo de trabalho. Em contrapartida, os imigrantes de Leste são sinónimos de “*nós próprios*” [portugueses], cidadãos com direito,

mesmo quando não falam português ou estão em situação ilegal, constituindo assim objecto de um discurso mais favorável por parte da comunicação social.

3. *L'enjeu* das redes, do capital social, da *embeddedness* e limites da formação e capital humano no enquadramento socioprofissional

As redes, o capital social e a *embeddedness* são produtos das acções humanas, e é nas relações/acções humanas que podemos encontrar as melhores formas de percepção desses conceitos. É com Alejandro Portes que podemos ver passado em revista a definição do conceito capital social por alguns dos seus percursores (Bourdieu e Coleman). Bourdieu considera que o capital social representa agregado de recursos estabelecidos através de redes de relações duráveis, onde há conhecimento e reconhecimento mútuo, enquanto que Coleman define o mesmo, como estruturas que facilitam as acções dos actores (pessoas) no interior de uma determina estrutura ou meio social. Porém, o próprio Portes chama a atenção para efeitos negativos do capital social, uma vez que, ao permitir o reconhecimento através de certos critérios de homogeneidade (sócio-cultural), onde reina a solidariedade confinada, pode vedar a terceiros o acesso à várias oportunidades (Portes, 1998). No entanto, o Capital social, poderia ser confundido com a *embeddedness*, mas tal como sustenta Mark Granovetter, a *embeddedness* é muito mais que capital social. O capital social é uma proclamação que demonstra a situação onde pode ocorrer a cooperação que um indivíduo pode esperar. A *embeddedness* também é isso, mas representa uma proclamação onde há relação entre as actividades económica e social, política, institucional, histórica – são elementos culturais implicados nas actividades económicas (Krippner, 2004).

A formação ou capital humano (consequência de uma decisão racional, investimento) continua a ter uma relação positiva (de forma geral) com o enquadramento socioprofissional. Ou seja, quanto mais formação tiver um indivíduo, melhores possibilidades socioprofissionais terá. Esta relação positiva é defendida por Schaffer, quando sublinha que a aquisição do capital humano (por escolarização, formação e experiência profissional) favorece as possibilidades de mudança posterior de emprego e, em consequência, de migração (Peixoto, 1999). Na realidade africana, os anos sessenta foram considerados períodos de investimento na formação e capital humano. Por consequência, logo na década seguinte (70), muitos dos quadros africanos, médicos, enfermeiros, professores universitários, engenheiros etc., de alguns países como o Senegal, Zimbabué, Zâmbia, Gana e Uganda deixaram os seus países de origem para a África do Sul, assim como para fora do continente. Os anos oitenta

testemunham uma nova realidade dos quadros superiores africanos, em direcção à América do Norte e a países do Oriente ricos em petróleo (Adepoju, 2000).

No caso guineense, em 1976 (após a independência), a Guiné-Bissau tinha 250 bolseiros a estudar em países como: ex-URSS; Roménia; Jugoslávia; ex-RDA; Polónia; Portugal; Argélia; Cuba; Nigéria; Senegal e Brasil (CIDAC, 1976). No período (1975 a 1979) houve vários acordos de cooperação científica e técnica, a nível de ensino e formação profissional. No entanto, as relações entre Portugal e PALOP eram marcadas pela história, proximidade e amizade, o que contribuiu para um clima de confiança, permitindo também que emigrantes portugueses mais qualificados pudessem orientar-se para os PALOP realizando acções de formação (Monteiro, 2001). Nesta perspectiva, só no ano lectivo de 1983/84 a Guiné-Bissau tinha um total de 560 bolseiros, dos quais 265 estudavam em Portugal; 205 na antiga URSS; 16 em França; 15 na antiga Checoslováquia; 13 no Brasil; 12 na Bulgária; 12 em Cuba; 9 em Moçambique; 5 na Argélia; 4 na antiga RDA; 2 na Jugoslávia; e 2 na Republica da China. Os cursos predominantes eram a Medicina, a Economia, o Direito e as áreas de Engenharias (Guterres, 1986).

A partir do ano 2000 e até 2002 (após o conflito de 1998, que abalou o país até 1999), o país terá enviado para o estrangeiro mais de 414 bolseiros, para países como a Rússia (com 172 estudantes), Portugal (95 estudantes), seguidos de Tunísia, França, Marrocos, Canadá, Argélia, Senegal e Cuba (dados do Ministério da Educação da Guiné-Bissau, 2002). No caso de Portugal (ICP, 2000/2), o número de bolsas atribuídas aos nacionais guineenses diminuiu. O ICP detinha no período correspondente ao ano lectivo 1996/97 cerca de 247 bolseiros guineenses (número que aumentou para 273 no ano lectivo seguinte), contra cerca de 166 em 2001/02. Esta tendência decrescente manteve-se nos anos seguintes; no entanto, a alta formação (pós-graduação, mestrados e doutoramentos) começa a ter espaço. No ano lectivo 2003/04 apenas 110 guineenses foram bolseiros, sendo 19 para a pós-graduação e mestrados e 4 para os doutoramentos. Esta evolução também ocorreu por devido ao novo espírito de cooperação¹¹, que pressupõe um aumento de bolseiros que procuram formação em graus académicos mais elevados (como pós-graduação, mestrado e doutoramento), em detrimento dos menos elevados (licenciatura). No plano das áreas de formação (entre 1996 a 2002), a tendência das licenciaturas eram para as áreas de Engenharia, Gestão, Relações Internacionais, Sociologia, Economia, Gestão e Administração Pública. Nos mestrados a tendência direccionava-se para as Ciências Jurídicas, Desenvolvimento e Cooperação Internacional e

¹¹ A Resolução do Conselho do Ministros 157/2000: informações IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), 2002.

Desenvolvimento Económico e Social em África, áreas de formação que parecem estar vocacionadas para o contributo ao desenvolvimento no país de origem (Guiné-Bissau). No entanto, estes dados podem espelhar a realidade do “fenómeno *overstayers*”, na dinâmica dos quadros superiores guineenses na diáspora, aliados ao primeiro surto maciço dos quadros superiores em 1998/1999, devido à então guerra civil.

A ideia de formação ou investimento no capital humano é também importante no quadro de mobilidades individuais e colectivas de certos grupos profissionais (migrantes), e representa um complemento por excelência na integração socioprofissional e mobilidade ascendente do próprio migrante. Porém, alguns cientistas como Gary S. Becker, realçam alguns componentes e influência do meio (contexto) do indivíduo como importantes na formação do capital humano. As limitações familiares e o papel que as famílias desempenham na socialização primária e como redes de incorporação (dinâmicas incrustadas) de certos grupos migrantes, são factores com repercussões negativas na aquisição e transmissão de conhecimentos entre grupos e gerações (Becker, 1993; Portes, 1991). Estes elementos (do meio/contexto) podem contribuir para os contrastes sociais na sociedade envolvente e permitir que as pertenças étnico-raciais sejam mais evidentes, dificultando a integração. É disso exemplo o caso guineense, com uma variedade de grupos étnicos na sua composição em Portugal (Machado, 2002), e onde os quadros superiores e imigrantes laborais não qualificados partilham o mesmo espaço de vida (Có, 2002).

Perante a influência das componentes sócio-culturais (cultura e contexto) na aquisição do capital humano, e conseqüentemente no enquadramento socioprofissional, sustenta-se a ideia de que não basta ter formação superior para acreditar nas possibilidades de um bom enquadramento socioprofissional, ou seja, a correlação entre estas duas variáveis (já) não é tão positiva, como parece *a priori*. Hoje em dia, as redes (familiares, sociais, políticas, diplomáticas etc.), tanto a nível local e regional como a nível internacional, são responsáveis (em boa parte) pelo enquadramento socioprofissional de certas colectividades e/ou grupos migrantes.

A nível das dinâmicas migratórias globais, as ofertas à mobilidade de quadros altamente qualificados não se operam de forma natural e homogénea para todos os países e grupos migrantes, apesar das novas políticas implementadas na Europa e EUA sobre a mobilidade dos quadros qualificados¹². Por exemplo, em 1990, do total dos imigrantes

¹² Os trabalhadores qualificados têm constituído muitas das novas vagas migratórias dos países desenvolvidos. Os EUA, em 1999, tinham 370 mil; o Japão, em 2000, por volta de 129 mil; o Canadá e o Reino Unido, no mesmo período, apresentavam 86 e 39 mil respectivamente; a Austrália, em 1999 e 2000, detinha 30 mil;

africanos registados nos Estados Unidos da América, 74% detinham formação superior; no entanto, desconhece-se a realidade do enquadramento socioprofissional e admite-se uma grande vaga de *brain waste* (Carrington, 1998). Porém, as áreas da medicina, engenharias e novas tecnologias são as mais prioritárias, sendo consideradas pelos países receptores importantes no crescimento económico dos seus países (Lowell, 2002, 2003).

Muitos países (desenvolvidos) tradicionais de imigração têm assumido ultimamente políticas idênticas às dos EUA. A Austrália elaborou um programa destinado aos trabalhadores qualificados temporários, onde as ofertas de emprego são demandadas num *site* da Internet; o Canadá abriu em 1998/1999 “Business Immigration Centers” em Berlim, Buffalo, Damasco, Hong-Kong, Londres, Paris, Pequim, Singapura e Seul. O Reino Unido, a Alemanha e a França têm também uma série de medidas que visam aumentar o número de trabalhadores qualificados (Instituto Pano Paris, 2001; Lowell, 2002, 2003). No caso interno do continente africano, foram assinados acordos de livre circulação das pessoas no quadro dos acordos das várias organizações regionais; no entanto, devido ao desnivelamento entre o desenvolvimento dos países, muitos destes acordos não se cumprem na realidade, de onde resulta que as mobilidades humanas têm sido unidireccionais. São disso exemplo a África do Sul na zona SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) e o Congo na CEPGL (Comunidade Económica de Países de Grande Lago) (Adepoju, 2000).

O volume do *brain drain* também é visível na Europa. Em 2001, segundo especialistas do Fundo Monetário Internacional, a proporção dos diplomados que vivem nos países da OCDE é de 2,7% para a Índia; 3% para a China; 7,5% para o Egipto; 8% para a África do Sul; 10% para as Filipinas; 15% para a Coreia do Sul; 25% para o Irão; 26% para o Gana (Instituto Pano Paris, 2001). É, no entanto, importante sublinhar que apenas alguns países africanos fazem parte do pelotão da mobilidade internacional dos quadros altamente qualificados. A África do Sul, o Gana, o Quênia e o Egipto, curiosamente, são países tradicionais de imigração na região africana, mas também países com maior ratio de *brain drain* na diáspora (Adepoju, 2000; Carrington, 1998).

O continente africano tem contribuído para a dinâmica dos fenómenos de *brain drain* e de *brain waste*. Devido a vários factores (*push*), como a falta de uma política de remuneração, falta de oportunidades de realização profissional, e outros elementos associados à vulnerabilidade de que o continente é vítima (guerras, fome, perseguições etc.), milhares de

enquanto que a Alemanha contava com pouco mais de 11 mil. A África do Sul é dos países africanos como mais representação: só no período de 1989 a 1997 terão emigrado deste país 233 609 indivíduos (incluindo quadros superiores) para países como os EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (Lowell, 2003; OIM, 2003; Haroon, 2002).

quadros superiores têm deixado o continente à procura de melhor sorte em novos espaços de vida nos países e continentes mais desenvolvidos. Só que, parafraseando Marques e Peixoto (2003:13), “nenhum actor pode ser considerado, à partida e de forma definitiva, como um «*risk-lover*» ou como um «*risk-averter*». Os contextos, os sistemas de interacção, as oportunidades estruturais, os recursos disponíveis e, sobretudo, as molduras decisórias (*frames*) definem as imagens entre as quais flutua o quadro de escolhas de um actor”. Sob este contributo, podemos interrogar-nos sobre o destino socioprofissional dos 23 mil profissionais académicos africanos que emigram anualmente, e sobre os 4 232 000 dólares perdidos em formação anualmente, quando a própria África (paradoxalmente) gasta 4 mil milhões de dólares americanos anuais para os 100 mil especialistas estrangeiros no continente (Lowell, 2002).

Em Portugal, os dados do recenseamento de 2001¹³ mostram que, dos 28 696 imigrantes que declaram possuir grau de instrução de nível superior, 40% são da União Europeia, 18% Europa de Leste, e quase 16% brasileiros; no que diz respeito aos PALOP, 5% são angolanos, 2,6% são guineenses e 1,7% são cabo-verdianos, os são-tomenses e moçambicanos seguem com 1% cada. No quadro interno da realidade guineense, o número em absoluto dos que declaram ter formação superior era de 750, num total de 14 724 imigrantes, o que representa 5% de indivíduos com grau de instrução superior na demografia deste grupo imigrante em Portugal (dados que sobem para quase 8% se considerarmos isoladamente as mulheres). A relação entre o grau de instrução e situação na profissão é difícil de medir por dados estatísticos, no entanto, segundo os dados de recenseamento de 2001 por grupos socio-económicos, quase 4% dos imigrantes guineenses são empresários e/ou pequenos patrões, 2,14% são quadros intelectuais e científicos, e apenas 0,71 são quadros superiores com cargos de direcção¹⁴. Por outro lado, denota-se uma amostra significativa dentro da população feminina por profissão principal, onde 3,7 (quase 4%) da população feminina guineense em Portugal são especialistas da ciência da vida e/ou profissionais da saúde, 2,6% são profissionais de nível intermédios e/ou das ciências físicas e química¹⁵.

De facto, uma das medidas da política de imigração portuguesa, aprovada (em tempos) na Assembleia da República (lei n.º 27/2000), criou um novo enquadramento relativo à situação dos trabalhadores estrangeiros que exercem actividade profissional em Portugal. A obrigatoriedade de criação e legalização de pequenas empresas ligadas à construção civil e

¹³ INE, Recenseamento Geral da População em 2001 (dados não publicados). IN GÓIS, Pedro e José C. Marques (2007).

¹⁴ ACIME, 2005.

¹⁵ Dados do INE Recenseamento Geral da População em 2001 (dados não publicados).

obras públicas, nos finais dos anos noventa, e os consequentes pagamentos das obrigações da segurança social, permitiram o surgimento daquilo que Robert Kloosternam e Jan Rath (2001) chamaram *the opportunity structure*. Nesse período muitos dos (indivíduos) imigrantes ascenderam ao estatuto de patrões, empregando desta forma os seus concidadãos guineenses e/ou africanos. Por outro lado, na mesma linha de orientação incrustada do mercado (*marketness*) e das oportunidades das estruturas, muito dos profissionais das áreas de direito e contabilidade abriram pequenos escritórios para servir os seus concidadãos. Todavia, esta realidade contrasta com a dos grupos de dirigentes e quadros superiores que são muito poucos, como revela a percentagem acima.

Porém, o mercado ou *marketness* de transacções, tende a diminuir o comportamento económico (racional) e incrustar-se na mais complexa rede de relações sociais dos homens (Block, in Krippner, 2004). A nova lei da imigração de 2007 (publicada no Diário da República, 1ª série, n.º 127, de Julho de 2007); a lei orgânica n.º2/2006 de 17 de Abril, que permite ao indivíduo legalmente em Portugal, após seis anos, adquirir a nacionalidade portuguesa; e, por outro lado, os possíveis acordos para a livre circulação da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa), vão certamente permitir oportunidades de mobilidade na diáspora, mas estas mobilidades certamente vão obedecer às leis sociais dos mercados.

O continente africano tem sonhado com a oportunidade de livre circulação e mobilidade de quadros qualificados, assim como com a criação do mercado africano comum em 2025 (Adepoju, 2000). Todavia, lembramos que a livre circulação não representa um enquadramento socioprofissional, como sublinha Tapinos (2000). O modelo de incrustação (*embeddedness*) de estruturas sociais permite que várias transacções se realizem dentro de uma linha de conduta e contexto social, onde as relações entre trabalhadores e patrões, entre empresas influentes e seus abastecedores, tendem a ser de redes sociais, chegando a envolver as relações de amizade e familiares, transcendendo os espaços de negócios (Zafirovski, 1999). Um bom exemplo é dado pela importância de profissões como o Direito, Gestão e Contabilidade no seio das comunidades imigrantes (guineenses) e da forma como estes profissionais (com as suas pequenas empresas e/ou escritórios) são abastecidos pelos seus conterrâneos, numa relação de confiança recíproca.

Um estudo recente sobre a imigração irregular Subsaariana, em Marrocos (como porta de entrada para a Espanha e resto da Europa)¹⁶, mostra que 42% dos migrantes entrevistados

¹⁶ Estes migrantes são, na sua maioria, oriundos de países como: Nigéria; Republica Democrática de Congo; Serra Leoa; Senegal; Mali; Costa de Marfim; Gana; Republica Centro-africana, Gambia; Camarões; Sudão;

possuem diploma de nível superior (Gestão, Informática, etc.) e que 43% tem o ensino secundário ou bacharelato, dizendo pretender continuar os seus estudos na Europa ou mesmo em Marrocos. Destes migrantes entrevistados poucos tinham uma actividade profissional, nos seus países de origem, relacionada com a formação universitária inicialmente declarada. A falta de perspectiva socioprofissional, as guerras civis e os conflitos étnicos e religiosos são alguns dos factores que os obrigam a deixar os seus países para uma aventura incerta (Barros, 2002), sem que lhes seja dada a sorte de conhecer redes que os possam integrar (ou pelos menos não as possuem).

Mas perante as atrocidades que afectam o continente, as pessoas não deixam de pensar (racionalmente) na migração como alternativa única à melhor sobrevivência humana, mesmo que o enquadramento não seja o esperado, devido ou não a ausência de redes. Segundo a CMA (Commonwealth Medical Association), o Quênia perde 50% dos seus médicos graduados por ano; a parte meridional do sul da África perde a maioria dos seus quadros para a Arábia Saudita; estima-se que mais de 21 mil nigerianos médicos emigram para os EUA. Algumas causas ou influências na dinâmica migratória destes médicos incluem a precária remuneração, más condições de trabalho e difícil progressão de carreira, um clima político opressivo, perseguição dos intelectuais, discriminação, iniciativas pessoais, etc. (Lowell, 2002; OIM, 2003). Ao contrário das expectativas de migração, o desemprego tem constituído um dos maiores problemas (económicos e sociais) dos países de OCDE, onde cerca de 35 milhões de pessoas, ou seja, 7% da população activa são desempregados (OECD, 1999). Esta situação afecta cada vez mais os quadros com qualificação superior em certas áreas de formação, o que poderá aumentar a tendência de *brain waste*, e fornece-nos elementos para a interrogação sobre o lugar reservado ao tipo de formação/capital humano e modos de incorporação na diáspora.

Conclusão

A compreensão e explicação das acções de um indivíduo, como agente económico e/ou actor social, constituem debates entre a economia e a sociologia que a sociologia económica pretende intermediar. As motivações das acções humanas representam fenómenos socioeconómicos susceptíveis de serem interpretadas pelos economistas, assim como pelos

Libéria etc. Eles atravessam desertos, fazem percursos entre 4 mil a 8 mil quilómetros, com viagens que chegam a durar meses ou até anos; fazendo escalas de percursos, até chegar ao objectivo final, a Europa (Barros, 2000).

sociólogos (ou melhor, por vários cientistas sociais), como sustentavam as teses de Marx, Weber e Durkheim, entre outros (Smelser, 1994). A nova sociologia económica surge com a preocupação de explicar como elementos sócio-culturais e relações incrustadas são importantes na análise do comportamento racional humano, uma vez que as acções humanas são produto de interacções humanas em determinadas estruturas e contextos sociais (Smelser, 1994; Marques e Peixoto, 2003).

O comportamento “racional” humano é indissociável das interacções e estruturas mentais de colectividades a que os homens pertencem. Os indivíduos são cada vez mais vistos e classificados como produtos simbólicos dos seus contextos culturais. A tese que defendemos sobre “os limites da racionalidade migratória” demonstra como as motivações das migrações humanas (racional, individual e colectiva) são moldadas pelos determinantes sócio-culturais, que são as redes, os espaços de interacções, o capital social e simbólico dos indivíduos etc., bem como as relações movidas pela *embeddedness*. Estes elementos, mais do que o investimento no capital humano, têm sido influentes nas decisões e nos percursos, assim como nas incorporações nos novos espaços de vida por parte dos migrantes. A história do percurso e incorporação da migração guineense na diáspora é exemplo disso. Os grupos étnicos de Manjacos e Fulas, como aqueles que apresentam melhor cultura e experiência migratórias, tiveram experiências a partir de dinâmicas regionais onde as relações e laços culturais favoreceram a mobilidade (exemplo da migração para o Senegal). Do lado contrário, temos o grupo étnico dos Balantas que, apesar de terem tido contactos com os povos da vizinha Guiné-Conacri, não assumiram a migração internacional, tendo optado por regressar ao país de origem após a repressão colonial, estando agora disseminados em todas as regiões da Guiné-Bissau.

A situação de moldagem da racionalidade migratória através de proximidades culturais, também foi denotada na migração de substituição dos cabo-verdianos para Portugal. O nível de escolaridade e de instrução, os hábitos culturais e a aproximação à cultura portuguesa (por serem os mais “assimilados” no período colonial), terão contribuído em muito para a escolha deste povo (cabo-verdiano), nos anos sessenta, como substituto da mão-de-obra emigrante em Portugal. No entanto, não se pode de maneira nenhuma desconsiderar os imperativos do mercado de trabalho secundário destinado aos imigrantes. Esta situação foi depois vivida a partir dos anos oitenta (com a entrada de Portugal na União Europeia), o que motivou a entrada maciça de grupos imigrantes em Portugal, trabalhando maioritariamente na construção civil e obras públicas.

Todavia, o limite da racionalidade migratória, por culpa de molduras sócio-culturais na integração dos migrantes, é mais evidenciado nas dinâmicas de quadros superiores (o chamado *brain drain*), onde a relação entre o capital humano e o mercado é mais exigente. Neste contexto, os mercados, tal como outras estruturas ou instituições, obedecem à lei da incrustação social (*embeddedness*). Os actores (indivíduos), apesar do seu investimento no capital humano (produto de racionalidade individual), muitas vezes não obtêm retornos (ganhos esperados) através de enquadramento socioprofissional positivo. Esta realidade levou a outros conceitos no campo das migrações, como o de “*brain waste*”, que realça a presença de indivíduos que nos seus percursos após a formação não encontram enquadramento socioprofissional. Esta realidade (mais uma vez) não pode ignorar certas leis de oferta/procura do mercado, mas em muito é sustentada pelas linhas de *embeddedness*, onde as similaridades culturais, o capital social e simbólico dos profissionais, as redes a que pertencem entram em jogo nos momentos de selecção/escolha dos profissionais. Disso são exemplo alguns quadros superiores guineenses com o estatuto de patrões, profissionais médicos, engenheiros e alguns pequenos escritórios de profissionais contabilistas. Os modos de incorporação diferenciados dos diferentes grupos migrantes em geral, e dos guineenses na diáspora em particular, representam exemplos claros de como as relações de produção e os mercados de trabalho estão incrustados nas relações sociais e nas redes estabelecidas entre os homens, e entre os países, respeitando o ambiente social envolvente (Có, 2002). Por exemplo, centenas de indivíduos guineenses chegaram a Itália, através das redes missionárias católicas, chegando a ter apoios e enquadramento de muitas famílias italianas; no entanto, após a formação, muitos deles encontram-se em actividades profissionais não compatíveis com a formação, sendo vítimas das estruturas mentais colectivas da sociedade italiana.

Por outro lado, a forma hierarquizada da incorporação socioprofissional dos migrantes em Portugal, com os europeus no topo, e os PALOP na base, é um dos exemplos de como a história e os elementos sócio-culturais são importantes no percurso e incorporação dos migrantes (Baganha, 2002b; Peixoto, 1999). Isto não ignorando o grau de instrução diferenciado entre estes dois grupos. No entanto, as necessidades do mercado continuam a ter a sua expressão; exemplo disso é o enquadramento de algumas profissões liberais, médicos enfermeiros e engenheiros guineenses em Portugal. Porém, outro perigo existe na reprodução híbrida dos efeitos negativos das redes nos descendentes dos migrantes em Portugal, como sublinha o contributo Ferin-Cunha (2003), por estes serem vítimas da reprodução social, das suas redes e da *embeddedness*. Sendo confinados a espaços de vida específicos, eles apresentam poucas oportunidades de realização de vida.

As redes, o capital social e a *embeddedness* são, sem dúvida, responsáveis pelas motivações e mobilidades humanas, e pelos modos de incorporação dos migrantes, como sustenta a realidade migratória guineense em Portugal, através do testemunho dado nas estatísticas dos profissionais liberais, patrões e pequenos empresários nos grupos socioeconómicos. Assim, compreender a dinâmica e modos de incorporação da migração guineense na diáspora obriga a uma análise aos actores (grupos) migrantes nos seus espaços de vida, às suas redes de integração, assim como à dimensão do capital das redes. Isto quer dizer que a migração guineense deve ser percebida, em primeiro lugar, pela tradição migratória de alguns grupos étnicos; em segundo lugar, pelo seu contexto na África ocidental (Dakar e Cabo-Verde) e espaço lusófono (essencialmente Portugal); e em seguida pelas linhas e redes internacionais que a liga a outros países, como Espanha, Inglaterra, Itália, França e EUA. Afinal, falar das mobilidades humanas é falar das relações humanas e da dimensão das mesmas.

Bibliografia

- ABELL**, Peter (2003) On the Prospects for a Unified Social Science: Economics and Sociology – *Socio-Economic Review*, 1 pp: 1-26, Oxford University Press.
- ACIME** (2005) Alto-Comissário para as Minorias Étnicas – Boletim Informativo, n.º 30 Junho – Lisboa.
- (s/d) Alto-Comissário para as Minorias Étnicas - Estatística da Imigração – Lisboa
- ADEPOJU**, Aderanti (2000), «Les Migrations Internationales en Afrique Subsaharienne: Problèmes et Tendances Récentes », *In Revue Internationale de Sciences Sociales* pp. 436-447, RISS 165/Setembro UNESCO.
- AFONSO**, Maria Manuela (1996) Educação e Classes sociais em Cabo-Verde – Spleen Edições – Praia, Cabo Verde.
- ALBUQUERQUE**, Rosana (2000), O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: Duas Décadas de Associativismos de Imigrantes em Portugal, – Celta Editora, Oeiras.
- ANDERSON**, Perry (1966) Portugal e o fim do Ultracolonialismo, Editora Civilização Brasileira, S.A., Rio de Janeiro.
- BAGANHA**, Maria Ioannis et al (2002a) O Sector de Construção Civil e Obras Públicas em Portugal: 1990 – 2000, Coimbra. CES – Faculdade da Economia da Universidade de Coimbra.
- BAGANHA**, Maria Ioannis et al (2002b), Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal (Estudos e Análises) Observatório de Emprego e Formação Profissional – Lisboa.
- BARROS**, Lucile et al (2002) La Inmigración Irregular Subsaariana a Través y Hacia Marruecos – Estudios sobre Migraciones Internacionales, Programa de Migraciones Internacionales – Promera Edición, Oficina Internacional del Trabajo Ginebra.
- BECKERT**, Jens (1999) Economic Action and Embeddedness: The Problem of the Structure of Action – First draft – Free University of Berlin, John F. Kennedy Institute.
- BECKERT**, Jens (2003) Economic Sociology and Embeddedness: How Shall We Conceptualize Economic Action? – *Journal of Economic Issues*, Vol. XXXVII, n. °3 September.
- BLOCK**, Fred (2003) Karl Polanyi and the Writing of The Great Transformation – Theory and Society n.00; pp 1-32 Kluwer Academic Publishers, Printed in the Netherlands.
- BÖHNING**, W. R. (1996) Employing Foreign Workers: A Manual on Policies and Procedures of Special Interest to Middle-and Low-income Countries – GENEVA – *International Labour Office*.

- BOURDIEUX, Pierre** (1997) *As Razões Práticas sobre a Teoria da Acção* – tradução de Miguel Serras Pereira – Celta Editora – Oeiras.
- BRUHNS, Hinnerk** (2006) 'Max Weber's Basic Concepts' in the Context of his Studies in Economic History – MWS, pp: 39 – 69, *London Metropolitan University*, London.
- CABRAL, Amílcar** (1974) *Guiné – Bissau, Nação Africana Forjada da Luta* – Textos Amílcar Cabral – Publicação – Nova Aurora.
- CARREIRA, António** (1952) Censo da População não Civilizada de 1950 – Separata do *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, n.º 28 Outubro – Bissau.
- CARREIRA, António et al** (1959) Notas sobre os movimentos migratórios da população natural da Guiné-Portuguesa – *Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa*, n.º 53, pp. 7:22, Volume XIV Janeiro.
- CARRINGTON, William and Enrica Detragiache** (1998) *How Big is the Brain Drain?* IMF (International Monetary Fund) Working Paper, W/98/102,
- CASTLES, Stephen and Godula Kosack** (1973) *Immigrant Works and Class Structure In Western Europe*, Published for the Institute of Race Relations, London by Oxford University Press, London, New York, Toronto.
- CASTLES, Stephen** (2000) *Ethnicity and Globalization*, SAGE Publications LTD – London.
- CASTLES, Stephen and Alastain Davidson** (2000), *Citizenship and Migration: Globalization and the Policies of Belonging* – MACMILLAN Press LTD – London.
- CENSO DA POPULAÇÃO** (1950) *População Civilizada – Volume I*, Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa.
- CIDAC** (1976) *Guiné-Bissau, 3 anos de independência* – Edição CIDAC – Coleção África e Luta – 2.
- CÓ, João Ribeiro Butiam** (2002), *Migração Guineense e Retorno: Um Mito, ou uma Realidade Desencorajada?* Tese de mestrado, ISEG/UTL (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).
- CÓ, João Ribeiro B.** (2004) *Migrações e Desenvolvimento: As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense.* – *SOCIUS Working Papers* n.º 12/04 – ISEG/UTL.
- Colonialismo e Lutas de Libertação** (1974), 7 Cadernos sobre a Guerra Colonial – Arquivo I Afrontamento, Porto.
- CORCUFF, Philippe** (1997) *As novas sociologias – construções da realidade social* – tradução Leonor Sampaio – Distribuição e Edição VRAL, Lda. Sintra.
- DAVIDSON, Basil** (1975) *A Libertação da Guiné: Aspectos de uma revolução Africana – Terceiro Mundo* – Livraria Sá da Costa – Editora.

- DEPARTMENT OF JUSTICE** (1999), Designation of Guinea-Bissau Under Temporary Protected Status - Federal Register / Vol. 64, No. 47 / Thursday March 11, 1999 / *Notices Immigration and Naturalization Service*, Justice USA.
- DEQUECH**, David (2003) Uncertainty and Economic Sociology: A Preliminary Discussion – *American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 62. n. ° 3, July 2003.
- DOCQUIER**, Frédéric (2006) Brain drain and inequality across nations - FNRS and IRES, Université Catholique de Louvain (Belgium) -Paper prepared for the EUDN-AFD conference on “migration and development” (Paris, November).
- DOMENACH**, Hervé et al (1995), *Les Migrations: que sais - Je?* 1er Edition Press Universitaires de France.
- DUSTMANN**, Christian (2001) *Wy go Back? Return Motives of Migrant Worker*, pp: 229-249 in *International Migration: Trends, Policies and Economic Impact*, Edited by Slobodan Djajic, ROUTLEDGE – London and New York.
- FERIN-CUNHA**, I. (2003) “Imagem da imigração em Portugal”, – *Media & Jornalismo*, (2), pp. 71 – 87, Universidade de Coimbra.
- GUTERRES**, António, et al (1986), *A Educação na Republica Democrática da Guiné-Bissau, Análise Sectorial – Estudos Africanos*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GEORGE**, Pierre (1997) *As Migrações Internacionais –*, Dom Quixote.
- GÓIS**, Pedro e José C. Marques (2007) *Estudo prospectivo sobre imigrantes qualificados em Portugal – Observatório da Imigração*, ACIDI, Lisboa.
- GOUVEIA**, Jorge Bacelar (1998) *Acordos de Cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos – Edição Cooperação Portuguesa e Revista de Cooperação – Lisboa.*
- GRANOVETTER**, Mark (2000), *a Theoretical Agenda for Economic Sociology – Edited by Mauro F. Guillen et al.* New York: Russell Sage Foundation.
- HAROON**, Bhorat et al (2002) *Skilled labour Migration from Developing Countries: Study on South and Southern Africa*, International Migration Programme- *International Migration Paper – 52*, International Labour Office Geneva.
- HOLTON**, Roberto J. (1995) *Economia e Sociedade – Instituto PIAGET*, Lisboa.
- ICP** (2000/02) *Programa Indicativo de Cooperação com a Guiné-Bissau – Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal – Lisboa.*
- INEC** (1991) *Recenseamento geral da população e habitação – Resultados Definitivos Volume IV*, Instituto Nacional de Estatísticas e Censo – Bissau.

- International Migration of the Highly Skilled** (2001), Demand, Supply, and Development Consequences in Sending and Receiving Countries – Edited by Wayne A. Cornelius et al – Center for Comparative Immigration Studies University of California, San Diego.
- INSTITUTO PANO PARIS** (2001) D'un voyage à l'autre: des voix de l'immigration pour un développement pluriel, Institut Panos Paris, Reynald Blion et Isabelle Rigoni (coordination) Edition Karthala, Paris.
- JACKSON**, John (1991) Migrações, Edições Sociologia Escher, Lisboa.
- KLAMER**, Arjo (2001) Social, Cultural and Economic Values of Cultural Goods – Forthcoming in “Culture and Public Action” Edited by Vijayendra rao Michel Wlaton.
- KLOOSTERMAN**, Robert et al (1999) Mixed Embeddedness: (In) formal Economic Activities and Immigrant Businesses in the Netherlands – *Joint Editors and Blackwell Publishers Ltd*, p 252-266.
- KLOOSTERMAN**, Robert and Jan Rath (2001) Immigrant Entrepreneurs in Advanced Economies: Mixed Embeddedness Further Explored – *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 27, n. °2, pp: 189-201.
- KRIPPNER**, Greta, Mark Granovetter et al (2004) Polanyi Symposium: a conversation on embeddedness – *Sócio-Economic Review*, 2, pp: 109-135 – Oxford University Press.
- LAGES**, Mário, et al (orgs) (2006) Os imigrantes e a população portuguesa imagens recíprocas – análise de duas sondagens – Edição ACIME – Outubro, 2006, Lisboa
- LOWELL**, B. Lindsay and Allan Findlay (2002) Migration of Highly Skilled Persons from Developing Countries: Impact and Policy Responses; International Migration Paper – 44 International Labour Office Geneva.
- LOWELL**, B. Lindlay (2002) Policy Responses to the International Mobility of Skilled Labour-, International Migration Paper – 45, International Labour Office Geneva.
- LOWELL**, B. Linday (2003) Skilled Labour Migration from Developing Countries: Annotated Bibliography on Economic Analyses, Impact and policy Issues; International Migration Paper – 56, International Migration Programme, International Labour Office Geneva.
- MACHADO**, Fernando Luís, (2002), Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade E Integração dos Guineenses em Portugal, Oeiras, Celta Editora.
- MARQUES**, Rafael e João Peixoto (Orgs) (2003) A Nova Sociologia Económica – Celta Editora, Oeiras.
- MEAD**, George Herbert (1974) Mind, Self and Society, Chicago: Chicago University Press.
- MONTEIRO**, Ramiro Ladeiro (2001) A África na Política de Cooperação Europeia, 2a Edição Actualizada, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

- NEGREIROS**, M. A. L. de Almada (1909) L’instruction dans les Colonies portugaises – Institut Colonial International, Bruxelles – Établissements Généraux d’imprimerie.
- OECD** (1999) Labour Market Performance and the OECD Jobs Strategy” *OECD Economic Outlook, Paris*, n. ° 65 pp 141-161.
- OIM** (2003) Cuestiones de Políticas Migratoria, n. ° 2, Marzo de 2003. Disponível no site: <http://www.iom.int/DOCUMENTS/Publication>
- PARKIN**, Frank (2000) Max Weber – Tradução Paulo Pedroso – segunda edição – Celta Editora Lda. Oeiras.
- PEIXOTO**, João (1999) A Mobilidade Internacional dos Quadros, Celta Editor Lda. Oeiras.
- PEIXOTO**, João (2001) Migration, Labour Markets and Embeddedness: The Social Constraints of the International Migration of Labour, *SOCIUS - Working Paper-4*, ISEG/UTL Lisbon.
- PEIXOTO**, João (2004a) Highly Skilled Migration in Portugal – An Overview - *SOCIUS Working Papers*, Nº 3/2004, ISEG/UTL, Lisbon.
- PEIXOTO**, João (2004b) As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macrosociológicas – *SOCIUS Working Papers* n.º 11/2004 ISEG/UTL – Lisboa.
- PELLEGRINO** Adela (2003) Migración de Mano de Obra Calificada desde Argentina y Uruguay, Programa de Migraciones Interaccionáis, Primera Edición, Oficina Internacional del Trabajo Ginebra.
- PENDAKUR**, Krishina and Ravi Pendakur (2002), Language as Both Human Capital and Ethnicity; *International Migration Review, Centre for Migration Studies*; pp.: 147 – 177, Vol. 36, spring – 2002.
- PORTES**, Alejandro (1998) Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology - *Annual Review of Sociology*, Vol. 24. pp. 1-24.
- PORTES**, Alejandro (1999), Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação, Oeiras, Celta Editora.
- SEN**, Amartya (2002) How Does Culture Matter? – Forthcoming in “Culture and Public Action” Edited by Vijayendra rao Michel Wlaton.
- SMELSER**, Neil and Richard Swedberg (eds.). 1994. *The Handbook of Economic Sociology*. New York, NY and Princeton, NJ: Russell Sage Foundation and Princeton University Press.
- SONKO**, Bruno (2004) Le Conflit en Casamance: une guerre civil oubliée ? – *Éditorial Bulletin CODESRIA*, n. ° 3 & 4 – pp: 35-38.
- STEINER**, Philippe (2001) The Sociology of Economic Knowledge – *European Journal of Social Theory*, 4(4), pp: 443-458 London.

- SWEDBERG**, Richard (2001) Sociology and game theory: Contemporary and historical perspectives; *Theory and Society*, 30 pp. 301-335, Kluwer Academic Publishers, Printed in the Netherlands.
- SWEDBERG**, Richard (2006) The Toolkit of Economic Sociology – *SOCIUS Working Papers*, n. °4, ISEG/UTL, Lisbon.
- TAPINOS**, Georges Photios (2000) Mundialización, Integración Regional, Migraciones Internacionales - *Revista Internacional de Ciencias Sociales Setiembre* pp. 48-57- RISS 165/Setembro UNESCO
- THROSBY**, David (1999) Cultural Capital – *Journal of Cultural Economics*, 23 pp: 3-12 – *Kluwer Academic Publishers*. Printed in Netherlands.
- UZZI**, Brian (1999) Embeddedness in the Marking of financial Capital: How Social Relations and Networks Benefit Firms Seeking Financing – *American Sociological Review*, Vol. 64 (August: 481 – 505).
- UZZI**, Brian (2000) The Sources and Consequences of Embeddedness for the Economic Performance of Organizations: The Network Effect – *American Sociological Review*.
- WEBER**, Max (1997) Conceitos Sociológicos Fundamentais – Edições 70, Lda. Lisboa.
- ZAFIROVSKI**, Milan (1999) Unification of Sociological Theory by the rational Choice Model: Conceiving the Relationship between economics and sociology – *Sociology Vol.* 33 n. ° 3 pp: 495-524.
- ZAFIROVSKI**, Milan (2000) Economic and Sociological Approaches to Institutions: Economy, Society and Law – *European Journal of Law and Economic*, 10:1, pp: 7-30 Kluwer Academic Publishers, Printed in the Netherlands.
- ZELIZER**, Viviana (2000) Fine Tuning the Zelizer View – *Economy and Society Volume*, 29 Number, 3 August, pp: 383-389.